

Conversão tem normas em 15 dias

O diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, Namir Salek, disse ontem que a regulamentação para conversão de dívida externa em exportações poderá ser divulgada nos próximos 15 dias. Esse mecanismo permitirá que importadores estrangeiros comprem títulos da dívida externa, com deságio que atualmente oscila ao redor de 40%, para pagamento de produtos brasileiros.

Durante seminário "Por uma nova política de comércio exterior do Brasil", promovido pelo Banco Mundial e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi debatida, de modo geral, a experiência de liberação comercial adotada por alguns países latino-americanos e da Ásia, e as vantagens e desvantagens que o Brasil poderia ter com uma experiência semelhante.

O ministro Samuel Pinheiro Guimarães, do Itamaraty, considerou arriscada para o País uma abertura maior às importações. Após ressaltar que falava em nome próprio e não como representante do governo, Guimarães salientou que os países industrializados é que deveriam dar um exemplo de maior liberação de comércio. "Sugiro que o Banco Mundial faça urgentemen-



Namir Salek, da Cacex

6-10-87

te um seminário como este na Europa ou nos Estados Unidos."

O pagamento de títulos da dívida externa com exportação, segundo Guimarães, poderá ser um mecanismo interessante para o País se ficar restrito aos produtos que normalmente o Brasil não teria condições de exportar, ou a mercados onde não consegue penetrar. Por esse mecanismo, o importador teria um estímulo correspondente ao deságio da dívida. Para o Brasil, além da eliminação do título correspondente da dívida, esse mecanismo pode-

ria abrir caminho para a exportação de serviços. A conversão não poderá, porém, ser feita com produtos tradicionais de exportação porque, por esse mecanismo, não haverá ingresso de divisas no País.

O ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira, um dos idealizadores do seminário quando ainda estava no governo, disse que deixou estudos para a implantação de um sistema comercial baseado em tarifas mais realistas e que, se implantado, eliminaria os problemas burocráticos da análise de tarifas caso a caso.

Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central e diretor da FGV, disse que o principal objetivo da reformulação comercial é evitar tarifas de controle casuístico, criando-se mecanismos mais objetivos e mais duradouros. Ele prevê que a balança comercial poderá apresentar, este ano, superávit de US\$ 9 a 10 bilhões.

Para Langoni, o Brasil tem boas condições para renegociar a dívida externa se enfrentar com seriedade o problema do déficit. "A renegociação depende fundamentalmente de nossa capacidade de fazer a lição de casa. Mas não se conterà o déficit com congelamento da URP. Teremos que privatizar empresas e cortar os subsídios."